



O Grupo de Estudos sobre Intelectualidades Pretas (2018-2019) e o curso de Inclusão Digital (2024-2025) como exemplos de ação afirmativa na Universidade Federal de Ouro Preto.

Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

Floriza Beatriz de Sena Paula

Universidade Federal de Ouro Preto / UFOP.

floriza.paula@aluno.ufop.edu.br

RESUMO

O artigo analisa duas experiências afirmativas voltadas ao acesso e à permanência estudantil. Mostra-se que práticas antirracistas tensionam o modelo universalista da universidade e reconfiguram estruturas homogêneas.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Inclusão Digital; Cotas; História.

ABSTRACT

This article analyzes two affirmative action initiatives aimed at promoting student access and retention. It argues that antiracist practices challenge the universalist model of the university and reconfigure its homogeneous structures.

Keywords: Affirmative Action; Digital Inclusion; Quotas; History.

Ações afirmativas como políticas retrospectivas da história

Este artigo analisa duas experiências de ação afirmativa desenvolvidas na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sendo o Grupo de Estudos sobre Intelectualidades Pretas (GESIP), ativo entre 2018 e 2019, e o Curso de Inclusão Digital, realizado entre 2024 e 2025. Ambas as iniciativas respondem aos desafios da permanência, do pertencimento e da transformação institucional de estudantes cotistas no ensino superior, tensionando o modelo universalista predominante nas universidades públicas brasileiras.

A hipótese que orienta a análise é que tais experiências, ao articular formação profissional, escuta ativa, pedagogia anticolonial e valorização de saberes plurais, constituem formas de ação afirmativa ampliada. Nesse sentido, alinham-se ao que Bevenage (2020) conceitua como políticas retrospectivas da história, sendo estas práticas que não ignoram *passados sensíveis*, mas os assumem como parte constituinte de demandas coletivas por políticas que viabilizem que povos marginalizados, como afro-brasileiros, possam acessar políticas afirmativas como um direito.

Essas ações abordam ingresso no ensino superior e também revelam estratégias concretas de permanência e reconfiguração de trajetórias universitárias, implicando na transformação dos fundamentos epistemológicos da instituição. Tais políticas consistem em práticas que reconheçam os passados de dor e sofrimento muitas vezes silenciados e operam sua reativação no presente, a exemplo da escuta institucional, pode-se reconstituir narrativas estereotipadas e combater mitos historiográficos, como da “democracia racial”.

Percebe-se que estas representam o passado e buscam reconfigurar estruturas sociais ainda atravessadas por desigualdades herdadas. Assim, o GESIP e o Curso de Inclusão Digital podem ser interpretados como formas de política retrospectiva que, ao intervir nas condições atuais de exclusão, mobilizam temporalidades múltiplas, reconstituindo o presente à luz de passados desautorizados.

O artigo apresenta uma análise da concepção, implementação e efeitos do curso de Inclusão Digital articulado ao GESIP. Ambas as experiências foram construídas em resposta às desigualdades tecnológicas, simbólicas e estruturais enfrentadas por estudantes cotistas, em vulnerabilidade socioeconômica e nos

primeiros períodos da graduação. As propostas integraram domínio técnico com valorização de experiências diversas e saberes ancestrais, promovendo autonomia digital, autoestima acadêmica e protagonismo estudantil.

Logo, essas ações puderam desafiar a lógica meritocrática segundo a qual o sucesso acadêmico pressupõe a renúncia à dignidade e à singularidade. Ao aplicar uma filosofia das historicidades nas práticas pedagógicas e coletivas, tais iniciativas contribuíram para fazer jus ao papel das Ciências Humanas e Sociais em contextos de desigualdade, a partir de epistemologias plurais e insurgentes.

Teorizações sobre políticas afirmativas: Teoria e *práxis* em harmonia

Esta pesquisa nasce de um percurso acadêmico atravessado por experiências formativas que articulam prática e reflexão sobre a presença de pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e periférica no ensino superior. Trata-se de um esforço para compreender como ações afirmativas, para além do acesso, podem operar como práticas de permanência, pertencimento e reconfiguração institucional.

A pesquisa analisa duas experiências centrais, como a atuação do Grupo de Estudos sobre Intelectualidades Pretas (GESIP), entre 2018 e 2019,¹ e também do curso de Inclusão Digital na UFOP entre 2024 e 2025.² Ambos os projetos são analisados neste artigo como exemplos de pedagogias comprometidas com a escuta, a equidade e a valorização de saberes historicamente marginalizados.

A fundamentação teórica se ancora nas contribuições de autores como Bevernage (2020), especialmente em sua defesa de políticas retrospectivas da história como práticas que se voltam à escuta ativa de grupos historicamente silenciados e negligenciados pelas instituições.

Bevernage (2020) propõe uma virada conceitual, no qual em vez da tradicional filosofia da história, focada em determinar sentidos teleológicos ou

¹ O grupo de estudos foi regido pelo EDITAL Nº 02/2018 - PRACE/UFOP à Chamada de Apoio a Atividades de Ações Afirmativas na UFOP - Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC).

² O curso de inclusão digital foi regido pelo EDITAL Nº PRODESA/PRACE 002/202 à Chamada Pró-Ativa, uma ação da PROGRAD destinada a contribuir para a melhoria do ensino de graduação.

regras epistemológicas da disciplina, ele sugere uma “filosofia das historicidades”, que considere a pluralidade de formas de relação com o passado, dentro e fora da academia.

No centro de sua crítica está o que ele chama de “maniqueísmo temporal”, presente em muitas políticas retrospectivas contemporâneas, como comissões da verdade, ações afirmativas e reparações, que opõem passado e presente como entidades estanques. Para o autor, isso deslegitima a experiência das vítimas de injustiças históricas, que muitas vezes vivenciam o passado como algo presente e atuante, no qual o passado não deixa de existir abruptamente.

Assim, o autor defende que a teoria da história deve contribuir com o debate público ao criticar noções dominantes de tempo e memória. Sua proposta, influenciada por autores como Jacques Derrida, aponta para a construção de uma temporalidade alternativa, que reconheça continuidades entre passado e presente e alimento potenciais utópicos na história.

O ponto de partida desta pesquisa localiza-se na intersecção entre teoria e práxis, articulando os campos da teoria da história, da historiografia, da história social e das relações étnico-raciais. A historicização da realidade é tomada como ferramenta metodológica central para interpretar e intervir no presente.

A justificativa, portanto, não se limita ao relato de experiências, mas propõe uma leitura crítica sobre como iniciativas ancoradas em núcleos como o NEABI (UFOP) contribuem para disputar o sentido da universidade pública.³ A luta por permanência se converte em estratégia epistemológica e política de reinvenção institucional, de modo que vidas foram (e são) nutritas por projetos de ações afirmativas consistente, com o apoio fundamental de pesquisadores(as), docentes, estudantes e técnicos-administrativos, comprometidos com a luta antirracista e outras pautas no interior e para além da universidade.

Políticas afirmativas e a transformação positiva da universidade por dentro

³ O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi instituído através da PORTARIA REITORIA Nº. 338, DE 31 DE JULHO DE 2012, porém as atividades de ensino, pesquisa e extensão já eram exercidas desde 2005. Vale ressaltar a assinatura da PORTARIA REITORIA Nº 300 de 21 de julho de 2020 que confere institucionalização ao núcleo.

A consolidação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) foi precedida por intensos embates nos campos público, jurídico e acadêmico, sobretudo a partir da introdução de critérios raciais em políticas de reserva de vagas no ensino superior no início dos anos 2000.⁴ Um dos episódios mais emblemáticos desse contexto foi a publicação do manifesto intitulado “Todos têm Direitos Iguais na República Democrática” (2006), subscrito por intelectuais de destaque da historiografia e das ciências sociais brasileiras. O documento denunciava as cotas raciais como uma ameaça ao princípio da igualdade, acusando-as de promover a “racialização” da sociedade brasileira, em oposição à suposta tradição integracionista do país.⁵

Esse manifesto representou uma tomada de posição pública e política contrária à implementação de ações afirmativas com recorte racial para entrada nas universidades. Além disso, buscou deslegitimar as demandas históricas do movimento negro, considerando-se que muitos de seus signatários eram acadêmicos com reconhecido prestígio intelectual. Instaurou-se, assim, uma divergência quanto à memória disciplinar e formal que o “povo brasileiro” deveria – ou não – preservar acerca de sua história étnico-racial.

Ao examinar os argumentos históricos e epistemológicos utilizados contra a política de cotas, a referida pesquisa evidenciou que tais políticas não foram amplamente acolhidas nem mesmo nas Humanidades, área teórica e metodologicamente apta a compreender as noções de tempo, historicidade e relações sociais, políticas e culturais.

Referências como Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco foram mobilizadas pelos opositores das cotas para construir uma narrativa que minimizava os efeitos estruturais do racismo e colocava em xeque a legitimidade das políticas reparatórias. Essa leitura reforçava o mito da “democracia racial” e da “escravidão leniente” no Brasil, silenciando os dados empíricos que justificavam a adoção de políticas de inclusão.⁶

⁴ Projeto de Lei 3.627/2004, em que o critério racial e social da pauta das cotas tornou-se indispensável pelo Poder Executivo, na figura de Luiz Inácio Lula da Silva.

⁵ Alguns nomes que subscreveram o material foram de Bila Sorj (UFRJ), Eunice R. Durham(USP), Demétrio Magnoli (Sociólogo e articulista da Folha de S. Paulo), Marcos Chor Maio (FIOCRUZ), Yvonne Maggie (UFRJ).

⁶ Manifesto a favor aponta que “(...) por 4 gerações ininterruptas, pretos e pardos têm contado com menos escolaridade, menos salário, menos acesso à saúde, menor índice de emprego, piores condições de moradia, quando contrastados com brancos e asiáticos.” (CONFIRA, 2006, trecho extraído do manifesto a favor das cotas *apud* IPEA, 2001).

Como observa Nilma Lino Gomes (2017), o movimento negro brasileiro, especialmente a partir da redemocratização, atuou como um verdadeiro “movimento educador”, responsável por tensionar o Estado e a sociedade civil na formulação de políticas públicas voltadas à reparação e à inclusão. Essa mobilização política e pedagógica foi decisiva para a institucionalização das ações afirmativas e para o reconhecimento da educação como campo estratégico da luta antirracista, especialmente nas duas primeiras décadas do século XXI.

Nesse sentido, compreender os impactos de projetos como o Grupo de Estudos sobre Segregação e Inclusão na Pesquisa (GESIP) e do curso de Inclusão Digital exige a consideração desse contexto histórico de resistência e silenciamento, no qual iniciativas de inclusão foram, e ainda são, desautorizadas por setores que se autodeclararam guardiões da memória universitária elitista.

Maria Fátima de Paula (2009), em artigo, apresenta um panorama da história da educação superior no Brasil. Escreve que a universidade se formou na primeira metade do século XX, tardivamente nos anos de 1920 e 1934, sendo as pioneiras Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, e a Universidade de São Paulo (USP), com outras anteriores que surgiram e foram extintas. (PAULA, 2009, p. 153)

E pela busca em se ter padrões franceses na estruturação do ensino superior, a década de 1950 foi marcada por críticas a esse modelo que importou a imagética e prática de acesso elitista aos cursos. Nesse aspecto, o que se herda é a realidade de universidade pública brasileira operando majoritariamente por uma lógica meritocrática, excludente e monocultural, principalmente após políticas de cotas, como visto acima.

As ações afirmativas, embora consolidadas em diversas legislações e políticas públicas no Brasil desde o início dos anos 2000, seguem sendo objeto de disputa conceitual. O primeiro projeto de lei nesse sentido foi o PL 1332/1983, de autoria de Abdias do nascimento, que zelava por reserva de 20% (vinte por cento) das vagas nos concursos públicos para pessoas negras.

Em 29 de agosto de 2012 teve-se a sanção da Lei nº 12.711, Lei de Cotas, estabelecendo a reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes de escolas públicas, com subcotas

raciais levando em consideração o perfil recenseado pelo último IBGE cada estado, sendo de acordo com a demografia local.

Neste trabalho, as cotas são compreendidas não apenas como mecanismos de acesso a bens sociais, como educação, emprego e representação política, mas como estratégias de intervenção no presente para desigualdades estruturais historicamente solidificadas.

Parafraseando Santos (2018), as Políticas de Ações Afirmativas (PAA) correspondem a medidas específicas e temporárias, promovidas por instituições públicas ou privadas, com a finalidade de atenuar desigualdades historicamente construídas, ampliar as oportunidades de acesso e reparar os efeitos de discriminações passadas e/ou persistentes.

Essas políticas podem ser aplicadas a diferentes campos, como educação, saúde e mercado de trabalho, sempre que houver disparidades significativas no acesso e na permanência de determinados grupos sociais. Tratam-se, portanto, de mecanismos de discriminação positiva voltados à promoção da equidade de oportunidades.

Ações afirmativas não são cotas raciais, mas aquelas abrangem um conjunto de práticas institucionais voltadas à incitar equidade e justiça social, enquanto estas são uma estratégia que coloca a ação afirmativa na vida prática, estas por sua vez voltadas ao acesso à educação e ao mercado de trabalho, por exemplo. Santos (2018) aponta que existem 04 modalidades mais recorrentes de PAA, como:

(i) cotas; (ii) subcotas; (iii) vagas e (iv) bônus. As cotas consistiam em percentuais de reservas definidos nos processos seletivos e as subcotas eram percentuais de reservas dentro de um percentual de reserva maior. A modalidade vagas, compreendia várias alternativas: fixas, variáveis ou suplementares. O bônus, por sua vez, era aplicado por meio do acréscimo de pontos ou de porcentagem às notas de determinados candidatos. (SANTOS, 2018, p. 24)

Políticas afirmativas são muitas vezes vistas como “portas de entrada”, mas não como experiências formativas que transformam a universidade por dentro, a partir da permanência, da produção epistêmica e do pertencimento.

Este artigo parte do pressuposto de que ações coletivas de ensino, pesquisa e extensão, como o Grupo de Estudos sobre Intelectualidades Pretas

(GESIP), ativo entre 2018 e 2019, e o curso de Inclusão Digital, em funcionamento entre 2024 e 2025, constituem expressões de uma política afirmativa ampliada. Essas experiências, ambas vinculadas ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), operaram não apenas como iniciativas pedagógicas específicas, mas como práticas de tensionamento e reconfiguram os fundamentos epistemológicos e institucionais da universidade.

A partir do reconhecimento da universidade pública como espaço de disputa por narrativas e por legitimidade epistêmica, o artigo propõe que práticas afirmativas precisam ser analisadas em sua capacidade de transformar a lógica desigual de oportunidades que historicamente estruturou o ensino superior brasileiro, a começar por adentrar nesses ‘altos muros’.

Nesse contexto, o GESIP e o Curso de Inclusão Digital são analisados como práticas capazes de produzir pertencimento, fortalecer vínculos e impulsionar epistemologias pretas, pardas, indígenas, quilombolas, periféricas, de pessoas pobres, com deficiência, com transtornos e limitações físicas e cognitivas. Suas ações impactaram a universidade de forma ampla, marcando trajetórias tanto da equipe organizadora quanto do público participante, alcançando também o ambiente acadêmico mais amplo da UFOP e seus territórios de relação para além dos muros institucionais.

O GESIP foi um grupo de estudos voltado à valorização da produção intelectual negra, estruturado a partir de encontros presenciais com leitura, exibição de materiais audiovisuais e dinâmicas de discussão. Estruturado por estudantes, docentes e colaboradores(as), o grupo teve como referência central o pensamento de Lélia Gonzalez, e articulou debates sobre afetividade, solidão da mulher negra, produção de saberes e interseccionalidade. Tais temas foram trabalhados como formas de resistência ao *epistemicídio* e como proposta de pedagogia da presença.⁷

Já o curso de Inclusão Digital, nos anos de 2024 e 2025, foi estruturado para capacitar calouros(as) cotistas assistidos pela PRACE, os formou para o melhor trato com plataformas da UFOP, uso de redes sociais, produção de perfis

⁷ Epistemicídio pode ser compreendido como formas de expropriar sujeitos da condição de sujeitos produtores de cultura, de ciência e de conhecimento, nas palavras de Sueli Carneiro. Consultar mais em: CARNEIRO (2005).

profissionais e debates sobre tecnologias digitais como ferramentas de cidadania e permanência estudantil. As aulas foram construídas com base em metodologias horizontais, com forte escuta das demandas dos(as) cursistas, o que reafirma sua dimensão pedagógica anticolonial e interseccional.

Ambas as experiências foram orientadas por princípios como escuta ativa, horizontalidade e apostila na potência criativa de estudantes carentes em algum nível. Mais do que ações pontuais, constituíram práticas afirmativas que atuaram na contramão da lógica homogênea e de um ideal meritocrático ainda vigente nas universidades.

Ao articular saber técnico, sensibilidade política e pedagogia do afeto, essas iniciativas revelam como iniciativas atentas aos diversos atravessamentos dos sujeitos, ao ocuparem espaços institucionais, contribuem para reinventar as essências de ser pessoa cidadã e ser profissional por meio de epistemologias plurais e insurgentes.

As ações analisadas são expressão de um acúmulo institucional e político do NEABI, cuja atuação tem sido crucial para fomentar e consolidar projetos que ultrapassam o campo da reparação e apontam para uma refundação epistemológica da universidade. A exemplo da recente conquista de um Departamento de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e Indígenas (DEABI), responsável por implementar atividades de ensino, pesquisa e extensão, presencialmente, nos cursos de graduação dos três *campi* da Universidade, Ouro Preto, Mariana e João Monlevade.⁸

A produção de conhecimento e o engajamento político-cultural decorrente dessas ações afirmativas constituem uma crítica prática ao modelo monocultural da universidade pública. Com isso, práticas como o GESIP e o curso de Inclusão Digital operam como formas de reconfigurar o espaço acadêmico em suas formas de ensinar, pesquisar e conviver. A pluralidade universitária, portanto, não deve ser entendida apenas como ocupação numérica, mas como insurgência epistemológica.

⁸ Proposta de criação do Departamento foi aprovada, por unanimidade, pelo Conselho Universitário (CUNI) em reunião realizada no dia 10 de fevereiro de 2025. Setor tem como vínculo o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), localizado em Mariana.

As ações afirmativas para além do ingresso na Universidade: o GESIP como um grupo de estudos por ampliação de perspectivas (2018-2019)

A criação do Grupo de Estudos sobre Intelectualidades Pretas – Lélia Gonzalez (GESIP) foi motivada pela necessidade de tensionar o ambiente universitário a partir de epistemologias periferizadas, com foco no enfrentamento ao epistemicídio como exclusão discursiva e na valorização de trajetórias historicamente marginalizadas de espaços de direito, como mercado de trabalho e educação de qualidade.

O grupo foi originado a partir do projeto “A visibilidade das epistemologias como ação afirmativa: sobre a necessidade da permanência simbólica de alunos pretos”, que encontrou no formato de grupo de estudos sua expressão mais potente. A iniciativa se filia a um campo de mobilizações já existente na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como o NEABI e o Coletivo Negro Braima Mané (CNBM).

Lélia Gonzalez foi escolhida como referência e inspiração, a partir de sua trajetória como intelectual fundamental do pensamento negro brasileiro e fundadora do Movimento Negro Unificado (1978). Representava, para o grupo de estudos, o compromisso com a insurgência teórica e política de mulheres negras. O histórico da intelectual é marcado pelas intersecções entre raça, classe e gênero, ressoando com as intenções pedagógicas e afetivas do GESIP.

O grupo teve início em 25 de abril de 2018, com encontro inaugural na sala I.03 do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFOP), reunindo cerca de quarenta participantes entre estudantes da graduação, da pós-graduação e docentes. A agenda de 2018 foi marcada por encontros quinzenais que articularam teoria crítica, experiências afetivas e prática militante. Os encontros incluíram debates de textos de bell hooks, Grada Kilomba, Sueli Carneiro e Clóvis Moura, além da obra de Lélia Gonzalez. Ao longo de 2018 houveram 11 encontros.

Segue registro que circularam na página do Facebook:

Imagem 1: Primeiro encontro do GESIP, no ICHS, UFOP. Mariana-MG.

Fonte: Imagem extraída da página do Facebook do GESIP, 25 de abril de 2018.⁹

O encontro de 5 de junho de 2019 marcou a retomada dos trabalhos para o segundo semestre do ano em parceria com o Grupo de Estudos sobre Linguagens, Culturas e Identidades (GELCI),¹⁰ reafirmando o compromisso do grupo com a formação política coletiva e a produção de conhecimento ancorada em vivências.

O documentário “Te amo, preta” (2018) foi exibido como ponto de partida para uma roda de conversa sobre afetividade, exclusão escolar e interseccionalidades de raça, gênero e corpo. A discussão foi enriquecida com dinâmicas baseadas em excertos de “Vivendo de amor” (1994), de bell hooks, e “Mulher negra: afetividade e solidão” (2013), de Ana Cláudia Lemos Pacheco.

As reflexões suscitadas nesses encontros enfatizaram que o racismo atravessa a infância, a afetividade, a sexualidade e a construção da autoestima da mulher negra. Foram discutidas experiências como a solidão da mulher negra gorda, a hipersexualização do corpo negro e as violências escolares que anunciam o “ser negro” ainda na infância. O trecho lido por uma das participantes, retirado de bell hooks, resume parte da essência do grupo: “Ter capacidade de pedir ajuda significa que temos poder. Cada vez que buscamos ajuda nosso poder aumenta, ao invés de diminuir. Experimente.”

O ano de 2019 mobilizou 6 encontros, e marcou o encerramento institucional do grupo, mas as atividades continuaram em 2020, ainda que de maneira não sistemática, durante a pandemia de Covid-19, adaptando-se ao formato remoto por meio do Google Meet.

⁹ Imagem 1 disponível em: <<https://www.facebook.com/share/14EyCGn5hoT/>> Acesso: 24 jul. 2025.

¹⁰ O GELCI estava sendo coordenado pela professora Dra. Kassandra Muniz, trazendo desde 2012 possibilidades negras, feministas, indígenas, africanas, trans de teorizar o conhecimento.

A continuidade e existência do GESIP, mesmo sem recursos formais, reflete a potência do projeto e sua relevância para a formação política e subjetiva de estudantes negros e negras na universidade. Hoje as atividades não acontecem mais, mas seus(as) produtores(as) seguem sendo *um corpo no mundo*, com cor, com corte, heranças e coletividade.¹¹

Curso de Inclusão Digital: A demanda estudantil por curso que promova Inclusão e Letramento Digital (2024-2025)

O curso “Inclusão Digital: ferramentas a serviço da permanência estudantil”, realizado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) entre 2024 e 2025, surgiu como resposta prática às desigualdades estruturais que atravessam o cotidiano universitário. Dificuldades como acessar os sistemas internos da instituição, participar de processos seletivos e compreender a utilidade de cada pró-reitoria foram algumas das lacunas enfrentadas por estudantes cotistas e em vulnerabilidade social. As atividades do curso foram divulgadas por e-mail institucional, Instagram e canal no YouTube, buscando ampliar o alcance e a acessibilidade.

Pensado como uma prática de ação afirmativa, o curso atuou diretamente sobre a baixa autoestima tecnológica de muitos estudantes, oferecendo suporte formativo, acolhimento e orientação. Funcionando como uma espécie de cartilha de boas-vindas, a proposta visou capacitar os(as) calouros(as) para o uso autônomo das plataformas digitais da UFOP, bem como para o acesso consciente a departamentos, secretarias, núcleos de saúde e assistência psicológica, promovendo, assim, permanência estudantil com dignidade e informação.

A proposta partiu de uma escuta atenta das demandas dos(as) próprios(as) estudantes e da observação das lacunas tecnológicas no processo de integração universitária, especialmente entre os(as) calouros(as) assistidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE).

O objetivo foi desenvolver uma formação que articulasse habilidades técnicas e fortalecimento identitário, combinando alfabetização digital com

¹¹ Faz-se menção à musica intitulada “Um corpo no mundo” (2016), de Luedji Luna.

valorização de saberes e experiências. Dividido em dois semestres, o curso teve duração de um ano, com encontros quinzenais às sextas-feiras, das 18h às 19h.

Em 2024.1, foram registradas 25 inscrições, com 25 estudantes efetivamente matriculados(as), dos quais 9 concluíram o curso. No segundo semestre, 2024.2, a turma ampliou o número de inscritos(as) para 35, havendo 12 concluintes.

Reuniu um público heterogêneo em termos de perfis, interesses e áreas de formação, havendo mães, estudantes da modalidade de curso de educação à distância (EAD), e também esteve aberto a cursistas não assistidos pela PRACE. Muitos(as) participantes declararam, nas inscrições, possuir experiências limitadas ou inseguranças quanto ao uso das plataformas digitais, evidenciando o hiato existente entre o modelo tecnocrático de ensino e a realidade dos(as) estudantes das fases iniciais de formação universitária.

As expectativas manifestadas pelas turmas incluíram, de forma recorrente, o desejo de “aprimorar conhecimentos”, “adquirir autonomia”, “desenvolver repertório tecnológico” e “usar as redes sociais de forma ética e estratégica”. Para além do domínio instrumental, houve destaque para demandas de pertencimento, acessibilidade, empoderamento e uso crítico das mídias.¹²

Um(a) estudante, por exemplo, afirmou: “Espero que o curso tenha um potencial transformador, tanto de forma individual quanto no contexto mais amplo da inclusão e desenvolvimento social.” (Cursista, anônimo, excerto extraído do formulário de inscrição) Outro depoimento pontua: “Apesar de ter ingressado na universidade por ampla concorrência, quero muito aprender a usar o meio digital de forma interativa e colaborativa.” (Cursista, anônimo, excerto extraído do formulário de inscrição)

Os temas abordados durante as aulas também refletiram essa pluralidade. No primeiro semestre (2024.1), foram trabalhadas competências práticas como: leitura de cronogramas e plataformas institucionais (MinhaUFOP, UFOPAberta), criação de currículos digitais (Lattes e LinkedIn), uso estratégico das redes sociais e aplicativos de organização e estudo.

¹² As respostas foram coletadas por meio de formulários de inscrição e de conclusão do curso.

Também, o curso promoveu ainda rodas de conversa com convidadas, como o projeto “MãePixel”, de Thereza Rodrigues, tematizando gamiologia e cidadania digital, e com Fernanda Quintão, discutindo saúde mental como aliada da permanência estudantil.

Já no segundo semestre (2024.2), o foco se ampliou para questões estruturais e teóricas, como os dados do Censo da Educação Superior (2023), o conceito de plataformização, a gestão financeira das bolsas estudantis e os relatos de estudantes veteranos(as) como instrumento de acolhimento político-pedagógico. O curso buscou, assim, conectar a formação técnica com o contexto político e social dos(as) participantes.

As principais sugestões e dúvidas enviadas pelas turmas reforçaram a importância da continuidade do projeto. Muitas solicitações pediam flexibilidade nos horários, explicações mais didáticas, suporte para estudantes EAD e acolhimento às dificuldades com plataformas como o Moodle. Um(a) aluno(a), egresso(a) da primeira edição, chegou a afirmar: “Fui aluno(a) da primeira turma e gostaria de participar novamente”, indicando o potencial do curso como espaço de formação continuada.

Entre 2024 e 2025, o curso consolidou-se como uma política de permanência ativa, integrando tecnologia, escuta e ação coletiva. Ao reconhecer que o letramento digital é hoje uma ferramenta indispensável para a circulação acadêmica e profissional, a proposta reafirma o compromisso com uma universidade pluralista e que respeite o corpo estudantil como um todo.

Como de praxe, todos os projetos de ensino, pesquisa e extensão da UFOP devem ser devidamente apresentados no Encontro de Saberes, no Centro de Artes e Convenções, em Ouro Preto. O objetivo é que haja integração entre as atividades. Segue abaixo registro de parte da equipe no evento de 2024:

Imagen 2: Registro de participantes do projeto durante o Encontro de Saberes (2024).



Fonte: Divulgação: Encontro de Saberes (2024).

A articulação pelo sucesso estudantil: as políticas afirmativas na UFOP

As experiências do GESIP (2018-2019) e do curso de Inclusão Digital (2024-2025), embora distintas em formato, duração e público-alvo, partilham de um horizonte político comum, como ambas emergirem como respostas às lacunas deixadas pela universidade formal no que se refere à permanência estudantil, ao reconhecimento de saberes plurais e à criação de espaços de pertencimento.

Atuando em tempos diferentes, os dois projetos revelam uma continuidade na luta por uma universidade plural, gratuita, antirracista, onde a política de cotas não se limitem ao acesso a uma vaga na universidade, mas se desdobre em práticas concretas de acolhimento, valorização epistêmica e cuidado.

O GESIP, ao propor o estudo sistemático de autores(as) negros(as), criou uma comunidade de escuta, análise crítica e partilha afetiva. Seu eixo estruturador estava ancorado na luta contra o epistemocídio e na construção de um ambiente acadêmico onde a produção intelectual da população negra fosse levada a sério como fonte legítima de conhecimento.

Os encontros, marcados pela presença de textos, filmes, performances e rodas de conversa, permitiram a criação de redes de pertencimento e articulação política. O projeto operou como espaço de elaboração simbólica das subjetividades pretas/pardas/negras/quilombolas, conectando questões teóricas à experiência vivida e evidenciando a potência pedagógica do afeto.

O curso de Inclusão Digital emerge da demanda e percepção da exclusão tecnológica constituindo um dos principais fatores de precarização da trajetória universitária. Destinado prioritariamente a estudantes assistidos pela PRACE, o curso operou com o letramento digital como dimensão do direito à permanência, articulando o desenvolvimento de habilidades técnicas à realidade acadêmica e às desigualdades estruturais enfrentadas pelo corpo discente. Sua proposta formativa tratou o domínio das tecnologias não como fim em si, mas como ferramenta crítica de inclusão, autonomia e reconhecimento.

Diferente do GESIP, realizado presencialmente e marcado por cafés afetivos ao final de cada encontro, o Curso de Inclusão Digital ocorreu

integralmente de forma virtual. Desenvolvido em meio à reabertura pós-pandemia e à greve universitária de 2024, enfrentou desafios de continuidade, mas demonstrou grande capacidade de mobilização e adaptação. Foi, assim, uma resposta afirmativa e criativa diante da precariedade. Relatos indicaram que, em um contexto de incertezas, o curso representou presença e acolhimento para muitos participantes.

Se o GESIP politizou o saber, o anseio por inclusão digital de todos(as) e buscou aplicar e horizontalizar o acesso às variadas oportunidades que o ambiente universitário proporciona. Em ambos os casos, o que está em jogo é o entendimento de que os sujeitos cotistas e em vulnerabilidade socioeconômica não são apenas beneficiários das ações afirmativas, mas seus protagonistas e formuladores.

Importa destacar que, de modo algum, essas iniciativas buscaram transferir à comunidade acadêmica a responsabilidade que cabe à gestão universitária no enfrentamento às desigualdades internas. Ao contrário, estiveram em constante articulação com a própria instituição, seja por meio da concessão de bolsas a estudantes envolvidos(as), da certificação de colaboradores(as) como atividade extracurricular, Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ATV), ou pela apresentação pública dos resultados no Encontro de Saberes, evento institucional anual da UFOP.

A força dessas iniciativas está na sua capacidade de atuar por dentro da universidade, ampliando compromissos institucionais com a equidade. Longe de substituir responsabilidades da gestão, elas reforçam a necessidade de que as políticas afirmativas sejam incorporadas ao planejamento pedagógico, orçamentário e epistemológico das instituições públicas de ensino superior.

Considerações finais

As experiências do GESIP e do curso de Inclusão Digital, analisadas neste artigo, evidenciam que ações afirmativas não devem ser entendidas como concessões episódicas ou instrumentos de reparação isolada, mas como práticas concretas de reinvenção institucional, epistemológica e subjetiva. Ambas as iniciativas demonstram que é possível tensionar a estrutura da universidade brasileira, pública e privada, não apenas a partir de reivindicações

por acesso, mas por meio de projetos de permanência que reconfiguram os sentidos de pertencimento, de produção de saber e de circulação no espaço acadêmico.

O GESIP, ao centrar-se na escuta de intelectuais negros(as), promoveu o enfrentamento ao epistemicídio e a criação de redes afetivas e críticas, convertendo o estudo em prática política. Já o curso de Inclusão Digital atuou na intersecção entre letramento digital e permanência, compreendendo o acesso à tecnologia como um direito e como ferramenta de resistência simbólica, afetiva e formativa.

Ambas as práticas mostram que, quando guiadas pela escuta ativa, pela horizontalidade e por uma pedagogia anticolonial, as ações afirmativas tornam-se lugares de invenção institucional e de formação insurgente. A universidade, diante das desigualdades históricas e persistentes, precisa assumir o compromisso ético e político com práticas que não apenas incluem, mas transformem.

Buscou-se demonstrar como iniciativas como o GESIP e o curso de Inclusão Digital podem e devem ser institucionalizadas, apoiadas e replicadas, na medida em que ampliam as fronteiras do conhecimento e operam como instrumentos de produção de políticas retrospectivas da história mais justas, levando em consideração as demandas sociais.

Ações afirmativas, quando compreendidas em sua essência, extrapolam o caráter compensatório vinculado ao passado e se afirmam como projetos de futuro também, voltados à reinvenção das estruturas acadêmicas e ao fortalecimento de epistemologias plurais. É nesse horizonte que este artigo se inscreve, ou seja, na defesa de uma universidade plural, encarnada, viva e comprometida com a transformação social em sua dimensão mais profunda.

Referências

BEVERNAGE, Berber. **Caminhos para a Teoria da História: filosofia das historicidades e a questão da justiça histórica**. Trad. Walderez Ramalho. Vol. 3. São Paulo: Editora Milfontes, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), Educação, Filosofia da Educação, São Paulo (SP), 2005.

CRENSHAW, Kimberle W. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos feministas**. Nº2/95. vol.3. 1995, p 464-476 e GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Bahia, EDUFBA, 2013.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018.

SANTOS, Adilson Pereira dos. Itinerários das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei de Cotas. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012.

SANTOS, Adilson. **Implementação da lei de cotas em três universidades federais mineiras**. 222 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte-MG, 2018.

TE amo, preta. Produção: Amanda dos Santos Francisco, Jahi Amani, Kelly Sousa e Marcos Fileto. Mariana (MG): independente, 2018. 1 documentário (56 min). Disponível em: < <https://youtu.be/n5SbUiH26rY> >. Acesso em: 24 jul. de 2025.

Floriza Beatriz de Sena Paula

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com pesquisa voltada às políticas de cotas raciais e ações afirmativas na historiografia brasileira e norte-americana (2006-2023), sendo bolsista do CNPq. Graduada e Mestra em História pela mesma instituição, com trajetória consolidada em projetos de ensino, pesquisa e extensão que articulam história pública, permanência estudantil e questões étnico-raciais. Atua na Linha de Pesquisa 2: "Ideias, Linguagens e Historiografia" (PPGHIS/UFOP). Coordena o projeto autoral e interdisciplinar "TeorizAções", voltado à reflexão sobre práticas de

pesquisa, ensino, inclusão digital e escrita acadêmica. Tem interesse nas áreas de: História Pública, Historiografia Contemporânea, Teoria da História, Ensino de História, Políticas de Ações Afirmativas (PAA), Políticas Educacionais, Políticas por Diversidade, Equidade e Inclusão (DEIs), Estudos Étnico-Raciais, Comunicação Científica e Permanência Universitária.

Curriculum Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5863899137062922>
